



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

**Exmo. Senhor Presidente**

**da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência**

A Parque Escolar, EPE, criada em 2007, tem sido apresentada pelo Governo e pelo Ministério da Educação como principal instrumento da requalificação e modernização das escolas secundárias do país. O compromisso deste programa de investimento público é ambicioso – requalificar cerca de 332 escolas até 2015, com um investimento inicial previsto de 940 milhões de euros – que foi mais tarde corrigido em alta.

A estranheza da constituição da Parque Escolar, EPE foi, desde o início, não só a escolha deliberada por um modelo de entidade pública empresarial para a missão de requalificação das escolas públicas, como o facto de ser lhe ser concedido um regime de excepção – desde o decreto-lei nº. 41/2007, de 21 de Fevereiro, ou seja, desde a sua constituição – a possibilidade de contratação, aquisição ou locação de bens e serviços por via de negociação, consulta prévia ou ajuste directo. De facto, este regime de excepção foi sucessivamente prolongado até à actualidade.

Ora, estes mesmos regimes de excepção que permitem o ajuste directo na contratação e o concurso limitado por prévia qualificação têm funcionado na total opacidade. De facto, é difícil encontrar informação disponível no que se refere aos adjudicatários, entidades convidadas a apresentar propostas, bem como os preços contratuais relativos aos projectos de reabilitação – daí que tenham vindo a público denúncias e queixas por parte de numerosos arquitectos e da própria Ordem dos Arquitectos sobre os procedimentos da PE, EPE. Já no que se refere às empreitadas, as queixas das associações de empresas da construção civil dos critérios excludentes das pequenas e médias empresas têm também vindo a público. Por fim, nos últimos tempos as condições meteorológicas do país puseram a nu debilidades e erros graves nas obras de

requalificação efectuadas em várias escolas do país, no âmbito das atribuições da Parque Escolar, EPE

Estão em causa, portanto, vários aspectos da actuação da Parque Escolar, EPE.

Por um lado, a Parque Escolar, EPE tem pautado a sua actuação por uma persistente falta de transparência e de ocultação de informação sobre procedimentos de adjudicação, contratualização e identificação dos adjudicatários. Por outro lado, é a qualidade do próprio investimento público que está em causa, com os sucessivos alertas que vêm das escolas intervencionadas, testemunhando a falta de qualidade dos trabalhos realizados.

No contexto orçamental, a relevância dos recursos públicos disponibilizados para a missão da Parque Escolar, EPE, exigem que a Assembleia da República disponha de toda a informação necessária e relevante desta situação – só assim estará em condições de discutir de forma rigorosa e responsável os procedimentos e o esforço público necessário à requalificação do parque escolar.

**Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem solicitar uma audição conjunta com a Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações no sentido ouvir o Conselho de Administração da Parque Escolar, EPE; o Bastonário da Ordem dos Arquitectos; e as Direcções da AECOPS e da AICCOPN sobre estas matérias.**

São Bento, 3 de Fevereiro de 2010

A deputada do Bloco de Esquerda

Ana Drago